



**Tribunal de Contas  
Mato Grosso**

**GABINETE DO CONSELHEIRO**

Conselheiro Antonio Joaquim Moraes Rodrigues Neto

Telefone(s): (65) 3613-7531/37534

e-mail: gab.ajoaquim@tce.mt.gov.br

**PROCESSO : 200.957-9/2025**  
**CHAMADO : 522/2025**  
**PRINCIPAL : PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES**  
**ASSUNTO : DENÚNCIA**  
**RELATOR : CONSELHEIRO ANTONIO JOAQUIM**

**DECISÃO**

**I – Relatório**

Trata-se de denúncia formulada através da Ouvidoria-Geral, registrada por meio do chamado 522/2025, em desfavor da Prefeitura Municipal de Barra do Bugres.

2. O presente caso versa sobre suposta irregularidade na nomeação de contadores e desvio de função.

3. O Secretário Executivo da Ouvidoria-Geral recebeu a denúncia, com fundamento no artigo 65, inciso II do Regimento Interno do Tribunal de Contas de Mato Grosso - Resolução Normativa 16/2021 (RITCE/MT) c/c artigo 72 da Resolução Normativa 20/2022 (Doc. 605229/2025).

4. Intimado para apresentar manifestação prévia acerca dos apontamentos, o gestor apresentou defesa (Doc. 610957/2025).

**É o relatório.**

**II – Fundamentação**

5. Conforme o art. 4º da Resolução Normativa 20/2022 – TP, a denúncia será recebida quando atender, cumulativamente, aos seguintes requisitos:





**GABINETE DO CONSELHEIRO**

Conselheiro Antonio Joaquim Moraes Rodrigues Neto

Telefone(s): (65) 3613-7531/37534

e-mail: gab.ajoaquim@tce.mt.gov.br

**Art. 4º A denúncia será recebida quando atender, cumulativamente, aos seguintes requisitos:**

**I** – Ser apresentada por:

**a)** cidadão;

**b)** partido político, associação ou sindicato.

**II** – Tratar de matéria de competência do Tribunal;

**III** – referir-se a administrador, responsável ou interessado sujeito à jurisdição do Tribunal;

**IV** – Ser escrita e/ou verbalizada em linguagem clara e objetiva;

**V** – Constar o nome completo do denunciante, CPF ou CNPJ, e-mail, endereço completo e identificação do representante legal ou titular de quaisquer das pessoas jurídicas da elencadas na alínea “b”, que serão protegidos nos termos da lei;

**VI** – Apresentar indícios relativos à irregularidade ou ilegalidade denunciada.

**Parágrafo único.** Não serão recebidas denúncias feitas por agentes legitimados para realizar representação de natureza externa, hipótese na qual, a Ouvidora-geral orientará o procedimento de registro que deve ser feito pelo protocolo do Tribunal.

6. Na mesma linha dispõe o RITCE/MT:

**Art. 207** A denúncia que preencha os requisitos de admissibilidade será apurada em caráter sigiloso, até a decisão definitiva sobre seu objeto, para resguardo dos direitos e garantias individuais, e poderá ser arquivada após efetuadas as diligências pertinentes, mediante despacho fundamentado do Relator.

**§1º.** A denúncia sobre matéria de competência do Tribunal deverá referir-se a administrador, responsável ou interessado sujeito à sua jurisdição, ser redigida em linguagem clara e objetiva, conter o nome legível do denunciante, qualificação e endereço, ressalvadas nessa parte as manifestações anônimas, e estar acompanhada de indícios de irregularidade ou ilegalidade denunciada.

**§3º** O Relator ou o Tribunal não conhecerá de denúncia que não observe os requisitos e formalidades previstas neste capítulo, devendo o respectivo processo ser arquivado após comunicação ao denunciante.

**§4º** No processo de apuração de denúncia será sempre assegurado ao acusado o contraditório e a ampla defesa.

**§5º** Ao decidir, poderá o Tribunal manter, em caráter excepcional, o sigilo do objeto, da autoria e dos documentos, quando imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.

7. No caso concreto, verifico que restaram preenchidos todos os requisitos regimentais exigidos para a admissibilidade da denúncia, considerando que está se refere a administrador, responsável ou interessado sujeito à jurisdição deste Tribunal. Ademais, a denúncia encontra-se redigida e/ou verbalizada em linguagem clara e objetiva, conforme preceituam as normas aplicáveis.





**GABINETE DO CONSELHEIRO**

Conselheiro Antonio Joaquim Moraes Rodrigues Neto

Telefone(s): (65) 3613-7531/37534

e-mail: gab.ajoaquim@tce.mt.gov.br

### III – Dispositivo

8. Ante o exposto, em **sede de juízo de admissibilidade**, com fundamento no artigo 96, inciso IV, do Regimento Interno desta Corte de Contas, **ADMITO** a presente denúncia.

9. Por fim, encaminhe-se à 6ª Secretaria de Controle Externo, para a devida análise e adoção das providências legais cabíveis.

Cuiabá-MT, 30 de maio de 2025.

(assinatura digital)<sup>1</sup>  
Conselheiro **ANTONIO JOAQUIM**  
Relator

<sup>1</sup> Documento firmado por assinatura digital, baseada em certificado digital emitido por Autoridade Certificadora credenciada, nos termos da Lei Federal nº 11.419/2006 e Resolução Normativa Nº 9/2012 do TCE/MT.. EB

